

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JUNHO DE 2017

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	3
IR E CSLL	4
JURISPRUDÊNCIA	4
PIS E COFINS	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA	6
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. GO – AUTORIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DE JUROS, MULTAS E CONCESSÃO DE PARCELAMENTO RELATIVO A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS CUJOS FATOS GERADORES TENHAM OCORRIDO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 - **Convênio ICMS nº 65, de 05 de junho de 2017 (DOU 08.06.17)**

2. SP E AL – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM ARTIGOS DE PAPELARIA – RETIFICA O PROTOCOLO ICMS nº 12/2017, DE FORMA A PRORROGAR O INÍCIO DE VIGÊNCIA PARA A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2017
 - **Protocolo ICMS nº 12, de 20 de abril de 2017 (DOU 24.04.17 – ret. 30.06.17)**

3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - ALTERA AS TABELAS I A XIV DO ATO COTEPE/ICMS nº 42/2013, QUE TRAZEM AS MVA'S A QUE SE REFERE A CLÁUSULA OITAVA DO CONVÊNIO ICMS nº 110/2007, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NAS OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO E COM OUTROS PRODUTOS
 - **Ato COTEPE MVA nº 11, de 09 de junho de 2017 (DOU 12.06.17)**
 - **Ato COTEPE MVA nº 12, de 22 de junho de 2017 (DOU 23.06.17)**

4. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - DIVULGA PLANILHA ELETRÔNICA COM INFORMAÇÕES GERAIS DO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RELATIVAS AO ESTADO DE SÃO PAULO
 - **Ato COTEPE ICMS nº 34, de 16 de junho de 2017 (DOU 19.06.17)**

5. SP E SE – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ARTIGOS DE PAPELARIA – PROTOCOLOS ICMS NºS 35/2012 E 39/2012 – APLICAÇÃO, PELO ESTADO DE SERGIPE, SOMENTE A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2018
 - **Despacho CONFAZ nº 88, de 21 de junho de 2017 (DOU 23.06.17)**

6. MG – EFD - OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DOS REGISTROS 1600 E 1700
 - **Resolução nº 5.018, de 09 de junho de 2017 (DOE-MG 10.06.17)**

7. MS - FORMA DE APURAÇÃO E PRAZOS DE PAGAMENTO DIFERENCIADOS DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E DO ICMS ST – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO VIII DO RICMS/MS
 - **Decreto nº 14.773, de 28 de junho de 2017 (DOE-MS 30.06.17)**

8. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS, PRODUTOS ELETRÔNICOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OUTROS – RELAÇÃO DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS PARA ADEQUAÇÃO AO TEXTO DOS CONVÊNIOS ICMS Nºs 132/2016 E 25, 27 E 44/2017
 - **Decreto nº 53.611, de 29 de junho de 2017 (DOE-RS 30.06.17)**

9. RS - ENTRADA NO ESTABELECIMENTO DE CONTRIBUINTE DE MERCADORIA ORIUNDA DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO E QUE NÃO ESTEJA VINCULADA À OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO SUBSEQUENTE – CÁLCULO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – PROCEDIMENTOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA IN DRP Nº 45/1998
 - **Instrução Normativa RE nº 23, de 16 de junho de 2017 (DOE-RS 21.06.17)**

- 10.SP - SAÍDA INTERNA DE MATÉRIA-PRIMA E PRODUTO INTERMEDIÁRIO DESTINADOS A ESTABELECIMENTO FABRICANTE DE COMPRESSORES PARA USO NÃO INDUSTRIAL, CLASSIFICADO NO CÓDIGO 2814-3/02 DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE) – DIFERIMENTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 62.643, de 27 de junho de 2017 (DOE-SP 28.06.17)**

- 11.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ALTERAÇÃO NA RELAÇÃO DE MERCADORIAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO ESTOQUE EXISTENTE NO FINAL DO DIA IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO DO INÍCIO DA APLICAÇÃO DO NOVO REGIME - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 62.644, de 27 de junho de 2017 (DOE-SP 28.06.17)**

- 12.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS - BASE DE CÁLCULO E MVA APLICÁVEL NO PERÍODO DE 1º DE JULHO DE 2017 A 31 DE MARÇO DE 2019
 - **Portaria CAT nº 45, de 29 de julho de 2017 (DOE-SP 30.06.17)**

- 13.SP – PROGRAMAS DE AÇÃO CULTURAL (PAC) E DE INCENTIVO AO ESPORTE (PIE) - ESCLARECIMENTOS SOBRE O PAGAMENTO, A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2017, DOS BOLETOS BANCÁRIOS EMITIDOS NOS TERMOS DAS PORTARIAS CAT Nºs 59/2006 E 96/2010
 - **Comunicado CAT nº 13, de 29 de junho de 2017 (DOE-SP 30.06.17)**

JURISPRUDÊNCIA

14. SÃO PAULO – JUROS SUPERIORES À TAXA SELIC – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. IRRF PAGO INDEVIDAMENTE – LEGITIMIDADE PARA PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – APENAS DO BENEFICIÁRIO DO RENDIMENTO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

2. IR RETIDO E RECOLHIDO A MAIOR – IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO PELA FONTE PAGADORA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

3. DEDUTIBILIDADE DE JCP RELATIVO A EXERCÍCIOS ANTERIORES – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

4. IRRF – *STOCK OPTIONS* – BASE DE CÁLCULO – DIFERENÇA POSITIVA ENTRE O VALOR DA VENDA À VISTA DA AÇÃO E O PREÇO DE EXERCÍCIO DA OPÇÃO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

5. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – EMPRESA INDUSTRIAL QUE CONSTITUIU EMPRESA DE ASSESSORIA EM VENDAS – GLOSA DAS DESPESAS COM COMISSÃO
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES COM MANUTENÇÃO DE RELAÇÃO COMERCIAL – DESCONSIDERAÇÃO DA OPERAÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO – AUSÊNCIA DE CONFUSÃO PATRIMONIAL - IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DO ÁGIO NA INCORPORAÇÃO QUANDO A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA SE DER COM ESTE FIM
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. SALDO NEGATIVO COMPOSTO POR COMPENSAÇÕES DE ESTIMATIVAS COM CRÉDITOS DE PERÍODOS ANTERIORES – UTILIZAÇÃO NA COMPENSAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE GLOSA FUNDADA EM NÃO HOMOLOGAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES QUE COMPÕEM O SALDO NEGATIVO UTILIZADO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – AUTORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PELAS AUTORIDADES FISCALIZADORAS E REGULADORAS COMO BACEN, CADE E CVM – IDENTIFICAÇÃO DE PROPÓSITO NEGOCIAL – VALIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PARECER TÉCNICO – VINCULAÇÃO DA RECEITA FEDERAL AO PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. *ROYALTIES* PAGOS A SÓCIOS – SE DESPESA NECESSÁRIA, DEDUTÍVEL PARA CSLL – INDEDUTÍVEL PARA IRPJ
 - **Solução de Consulta nº 310, de 14 de junho de 2017 (DOU 28.06.17)**

12. PAGAMENTOS A RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR – RETENÇÃO – TAXA DE CÂMBIO SERÁ AQUELA NO MOMENTO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, O QUAL PODE SER O PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA DOS RENDIMENTOS AO EXTERIOR, O QUE OCORRER ANTES
 - **Solução de Consulta nº 255, de 26 de maio de 2017 (DOU 02.06.17)**

13. IRRF – IMPORTAÇÃO DE SOFTWARE – OBRIGATORIEDADE QUANDO HOUVER REMESSA DE VALORES AO EXTERIOR EM RAZÃO DE ENCOMENDA PARA USO EXCLUSIVO DO IMPORTADOR OU CUSTOMIZAÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 243, de 19 de maio de 2017 (DOU 14.06.17)**

14. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE PESSOA JURÍDICA BRASILEIRA POR NÃO RESIDENTE POR MEIO DE CESSÃO DE DIREITO (*KNOW-HOW*) – OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO NA FONTE – AMORTIZAÇÃO PARA FINS DE CÁLCULO DO LUCRO REAL - POSSIBILIDADE
 - **Solução de Consulta nº 325, de 20 de junho de 2017 (DOU 30.06.17)**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO – EXCLUSÃO DO II E DO IPI DA BASE DE CÁLCULO
 - **Nota PGFN/CRJ nº 480/2017**

JURISPRUDÊNCIA

2. TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
3. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO – SERVIÇOS E ROYALTIES – DOCUMENTO DE IMPORTAÇÃO DEVE DISCRIMINAR O PREÇO DE CADA ITEM – CASO NÃO HAJA DISCRIMINAÇÃO, TRIBUTAÇÃO PELO TOTAL DA IMPORTAÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 316, de 20 de junho de 2017 (DOU 23.06.17)**
4. CRÉDITOS CALCULADO PELO MÉTODO DE RATEIO DE CUSTOS – INAPLICABILIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS SUBMETIDAS AO REGIME NÃO-CUMULATIVO, AINDA QUE SUJEITAS À INCIDÊNCIA CONCENTRADA OU MONOFÁSICA
 - **Solução de Consulta nº 99.061, de 30 de maio de 2017 (DOU 06.06.17)**
5. IMPORTAÇÃO – INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES NAS OPERAÇÕES AINDA QUE REALIZADAS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE PARTILHA DE CUSTOS E DESPESAS
 - **Solução de Consulta nº 99.069, de 08 de junho de 2017 (DOU 14.06.17)**
6. RECEITAS DECORRENTES DE VENDA A EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA – PROPÓSITO ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 99.063, de 08 de junho de 2017 (DOU 14.06.17)**
7. REMESSAS AO EXTERIOR A TÍTULO DE ROYALTIES POR LICENÇA DE USO E DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARES CUSTOMIZÁVEIS – DOCUMENTO QUE LASTREIA A OPERAÇÃO INCAPAZ DE INDIVIDUALIZAR EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ROYALTIES – INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR TOTAL DA REMESSA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- **Solução de Consulta nº 262, de 29 de maio de 2017 (DOU 14.06.17)**
8. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – CREDITAMENTO COM BASE NO INCISO IV DO ART. 3º DA LEI Nº 10.833 – IMPOSSIBILIDADE
- **Solução de Consulta nº 99.064, de 08 de junho de 2017 (DOU 13.06.17)**
9. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS ENTREGUES GRATUITAMENTE SEM VINCULAÇÃO COM OPERAÇÃO DE VENDA – CONFIGURAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁVEL
- **Solução de Consulta nº 291, de 13 de junho de 2017 (DOU 16.06.17)**
10. VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE RESSARCIMENTO EM RAZÃO DE INVESTIMENTOS EFETUADOS POR DETERMINAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONFIGURAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁVEL
- **Solução de Consulta nº 290, de 13 de junho de 2017 (DOU 16.06.17)**
11. CONTRATO DE EMPREITADA FIRMADO EM REGIME DE EPC/TURN KEY – REGIME NÃO-CUMULATIVO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO EM RELAÇÃO A GUINDASTES, CAMINHÕES E VEÍCULOS DE TRANSPORTE, INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO E UTILIZADOS NA ATIVIDADE, BEM COMO O COMBUSTÍVEL CONSUMIDO NESSES CASOS
- **Solução de Consulta nº 293, de 13 de junho de 2017 (DOU 16.06.17)**
12. RATEIO DE ENERGIA ELÉTRICA – APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO PELA PESSOA JURÍDICA QUE NÃO APARECE NA FATURA – POSSIBILIDADE, DESDE QUE HAJA CONTRATO ESCRITO PRÉVIO, O CRÉDITO SEJA PROPORCIONAL À ENERGIA ELÉTRICA UTILIZADA, HAJA DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS RATEADAS E SEJA MANTIDA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL
- **Solução de Consulta nº 312, de 14 de junho de 2017 (DOU 21.06.17)**
13. PIS/COFINS IMPORTAÇÃO – SUSPENSÃO SOBRE RECEITAS DE FRETE – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO PELA EMPRESA TRANSPORTADORA CONTRATADA PELA EXPORTADORA
- **Solução de Consulta nº 298, de 14 de junho de 2017 (DOU 21.06.17)**
14. RETENÇÃO NA FONTE – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO – INCIDÊNCIA EXCETO SE A MANUTENÇÃO FOR REALIZADA EM CARÁTER ISOLADO, COMO MERO CONSERTO DE BEM DEFEITUOSO

- **Solução de Consulta nº 294, de 14 de junho de 2017 (DOU 21.06.17)**

15. FRETE – AQUISIÇÃO PARA REVENDA DE BENS SUJEITOS À INCIDÊNCIA CONCENTRADA – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO

- **Solução de Consulta nº 327, de 21 de junho de 2017 (DOU 27.06.17)**

16. PIS/COFINS IMPORTAÇÃO – SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA CUJOS RESULTADOS SE VERIFIQUEM EM TERRITÓRIO NACIONAL – INCIDÊNCIA, AINDA QUE OS SERVIÇOS SEJAM PRESTADOS REMOTAMENTE

- **Solução de Consulta nº 284, de 09 de junho de 2017 (DOU 28.06.17)**

17. TRANSPORTE DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR – CONTRATO FIRMADO COM TOMADOR DOMICILIADO NO BRASIL – DESCARACTERIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – INCIDÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 318, de 20 de junho de 2017 (DOU 28.06.17)**

18. DISPÊNDIOS COM BENFEITORIAS EM BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS OU DE TERCEIROS UTILIZADOS NA ATIVIDADE – LANÇAMENTO COMO CUSTO OU DESPESA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM QUE OCORREM: IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE CRÉDITO – CAPITALIZAÇÃO NO ATIVO DA PESSOA JURÍDICA: POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO COM BASE NA COTA DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO

- **Solução de Consulta nº 349, de 27 de junho de 2017 (DOU 30.06.17)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO – INSTITUIÇÃO
 - **Lei nº 16.670, de 08 de junho de 2017 (DOM-SP 09.07.17)**
2. PERT – REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017 (DOU 21.06.17)**
 - **Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017 (DOU 30.06.17)**

JURISPRUDÊNCIA

3. CPRB – REVOGAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE DESONERAÇÃO PELA MP 774/17 – MANUTENÇÃO NA SISTEMÁTICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
4. ITBI – BASE DE CÁLCULO DIVERSA DO VALOR VENAL OU DO VALOR DA NEGOCIAÇÃO - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente da Justiça Estadual da Comarca de São Paulo**
5. DESONERAÇÃO DA FOLHA – PREJUÍZO DECORRENTE DA MUDANÇA OBRIGATÓRIA DE SISTEMA – RETORNO À SISTEMÁTICA ANTERIOR – POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS PAGAMENTOS A MAIOR
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
6. FALTA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS A IMPUGNAÇÃO MAS ANTES DO JULGAMENTO – NULIDADE DA DECISÃO – OFENSA AO PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. MÚTUO ENTRE PESSOA JURÍDICA E SÓCIO – INCIDÊNCIA DO IOF SOBRE O SOMATÓRIO DOS SALDOS DEVEDORES DIÁRIOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. JUROS SOBRE MULTA DE OFÍCIO - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. LIMITE DA COISA JULGADA – INOPONIBILIDADE DA COISA JULGADA NA EXISTÊNCIA DE NORMA SUPERVENIENTE QUE TRATE A MATÉRIA DE FORMA DIVERSA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DE CONCESSÃO DE LIMINAR – OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÃO DA PARCELA SUSPensa EM GFIP
 - **Solução de Consulta nº 279, de 02 de junho de 2017 (DOU 06.06.17)**

11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – REFLEXOS NO 13º SALÁRIO – INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 249, de 23 de maio de 2017 (DOU 06.06.17)**

12. IRRF, PIS-IMPORTAÇÃO, COFINS-IMPORTAÇÃO, CIDE, PREÇO DE TRANSFERÊNCIA – PAGAMENTO DE VALORES A RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR, DO MESMO GRUPO ECONÔMICO, EM RAZÃO DE CONTRATO DE PARTILHA DE CUSTOS – INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 6.024, de 30 de maio de 2017 (DOU 02.06.17)**

13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DIREITOS CONEXOS AO DE AUTOR E VALORES DECORRENTES DA CESSÃO DO DIREITO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 4.015, de 29 de junho de 2017 (DOU 30.06.17)**

14. REGIME DE EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO PASSIVO – DESOBRIGAÇÃO DE QUE O BENEFICIÁRIO SEJA O PROPRIETÁRIO DAS MERCADORIAS A SEREM EXPORTADAS
 - **Solução de Consulta nº 219, de 09 de maio de 2017 (DOU 28.06.17)**

15. CIDE – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE PESSOA JURÍDICA BRASILEIRA POR NÃO-RESIDENTE POR MEIO DE CESSÃO DE DIREITO (*KNOW-HOW*) – INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 325, de 20 de junho de 2017 (DOU 30.06.17)**